

**ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS
ACADEMIA REAL MILITAR (1811)
CURSO DE CIÊNCIAS MILITARES**

Noli Abílio Chapalira

**PARTICIPAÇÃO DO BRASIL
NA OPERAÇÃO DE MANUTENÇÃO DE PAZ EM MOÇAMBIQUE (ONUMOZ)**

**Resende
2023**

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE DIREITOS AUTORAIS DE NATUREZA PROFISSIONAL

TÍTULO DO TRABALHO: PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NA OPERAÇÃO DE MANUTENÇÃO DE PAZ EM MOÇAMBIQUE (ONUMOS)

Autor: NOLI ABÍLIO CHAPALIRA

Este trabalho, nos termos da legislação que resguarda os direitos autorais, é considerado de minha propriedade.

Autorizo o Exército Brasileiro (EB) a utilizar meu trabalho para uso específico no aperfeiçoamento e evolução da Força Terrestre, bem como a divulgá-lo por publicação em periódico da Instituição ou outro veículo de comunicação do Exército.

A Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) poderá fornecer cópia do trabalho mediante ressarcimento das despesas de postagem e reprodução. Caso seja de natureza sigilosa, a cópia somente será fornecida se o pedido for encaminhado por meio de uma organização militar, fazendo-se a necessária anotação do destino no Livro de Registro existente na Biblioteca.

É permitida a transcrição parcial de trechos do trabalho para comentários e citações desde que sejam transcritos os dados bibliográficos dos mesmos, de acordo com a legislação sobre direitos autorais.

A divulgação do trabalho, em outros meios não pertencentes ao Exército, somente pode ser feita com a autorização do autor ou da Direção de Ensino da AMAN.

Rio de Janeiro, 14 de Agosto de 2023


Assinatura do Cadete

Noli Abílio Chapalira

PARTICIPAÇÃO DO BRASIL
NA OPERAÇÃO DE MANUTENÇÃO DE PAZ EM MOÇAMBIQUE (ONUMOZ)

Projeto de pesquisa apresentado ao
Curso de Graduação em Ciências
Militares da Academia Militar das
Agulhas Negras (AMAN - RJ) como
requisito parcial para obtenção do
título de Bacharel em Ciências
Militares.

Dados internacionais de catalogação na fonte

C462p CHAPALIRA, Noli Abílio
Participação do Brasil na operação de manutenção de paz em
Moçambique (ONUMOZ) / Noli Abílio Chapalira – Resende; 2023. 35
p. : il. color. ; 30 cm.

Orientador: Lucas Magalhães Duarte
TCC (Graduação em Ciências Militares) - Academia Militar das
Agulhas Negras, Resende, 2023.

1. Moçambique. 2. Missão de Paz. 3. Cooperação Bilateral. 4.
Nações Unidas. I. Título.

CDD: 355

Ficha catalográfica elaborada por Mônica Izabele de Jesus CRB-7/7231

Resende

2023

Noli Abílio Chapalira

**PARTICIPAÇÃO DO BRASIL
NA OPERAÇÃO DE MANUTENÇÃO DE PAZ EM MOÇAMBIQUE (ONUMOZ)**

Projeto de pesquisa apresentado ao Curso de Graduação em Ciências Militares, da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN, RJ), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Ciências Militares**.

Orientador: Lucas **Magalhães** Duarte

Resende

2023

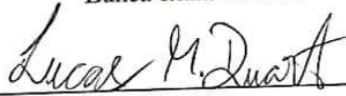
Noli Abílio Chapalira

**PARTICIPAÇÃO DO BRASIL
NA OPERAÇÃO DE MANUTENÇÃO DE PAZ EM MOÇAMBIQUE (ONUMOZ)**

Projeto de pesquisa apresentado ao Curso de Graduação em Ciências Militares, da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN, RJ), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Ciências Militares**.

Aprovado em 14 de Agosto de 2023:

Banca examinadora:



Lucas Magalhães Duarte – 1º Ten

(Orientador)


Fabrício Alé Gomes – Maj


João Ricardo Aguiar Cedro – Cap

Resende

2023

Dedico este trabalho, primeiramente a “*Meus irmãos*”, por toda a ajuda que me proporcionaram, também, a toda minha família por ser o suporte que sempre me motivou a superar as dificuldades do cotidiano agradeço imensamente.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela minha vida, e por me ajudar a ultrapassar todos os obstáculos encontrados ao longo do curso. Por todas as oportunidades que me deu durante minha vida, por ter guiado minhas decisões e por ter me ajudado nos momentos em que mais precisei no dia a dia.

Agradeço ao meu orientador *Lucas Magalhães Duarte*, que dedicou o seu glorioso tempo e esforço para a realização deste trabalho, sendo sua direção de vital importância.

Agradeço também a minha família, principalmente " *minha Mãe Cíntia meu Pai Minha Namorada Isaura José Maria a minha filha Cíntia Chapalira aos meus irmãos Elias, Fernanda, Anila*", que rezam incansavelmente me incentivaram nos momentos difíceis e compreenderam a minha ausência diuturnamente no processo da minha formação profissional vocês são parte deste sucesso.

Endereço os meus agradecimentos a *Cap Barud*, ao *Sr Custódio* e a *família Silvestre* pelo apoio durante toda a minha formação. Obrigado pela confiança ao me acolherem em seus lares. Além disso, não mediram esforços para apoiar a minha família em Moçambique. Não há mensuração de tudo que fizeram por mim. Que Deus abençoe a todos vocês e que abençoe a República Federativa do Brasil.

E agradeço ao meu amigo *Adelino Antônio Alberto Aviso*, por ter compreendido a minha ausência sendo que toda minha responsabilidade que deixei soube cuidar, sendo da casa e entre outros o meu muito obrigado por tudo.

RESUMO

PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NA OPERAÇÃO DE MANUTENÇÃO DE PAZ EM MOÇAMBIQUE (ONUMOZ).

AUTOR: Noli Abílio Chapalira

ORIENTADOR: Lucas Magalhães Duarte

Após o fim da Guerra Fria, percebeu-se um aumento significativo da presença do Brasil nas iniciativas de paz da Organização das Nações Unidas (ONU) na África. Essa participação brasileira está relacionada tanto à preocupação da política externa do país em promover a paz, conforme estabelecido na Constituição de 1988, quanto ao estímulo ao desenvolvimento. Nesse contexto, surge a seguinte indagação: qual foi a contribuição do Brasil para a promoção do desenvolvimento no processo de paz de Moçambique entre 1990 e 2010? Esse período engloba a análise da missão de paz da ONU em Moçambique, iniciada em 1992, bem como dos projetos de cooperação técnica entre Brasil e Moçambique estabelecidos após essa missão. Com base em pesquisas em fontes primárias e secundárias, com destaque para o acesso ao Sistema de Atos Internacionais do Ministério das Relações Exteriores, argumenta-se que, no caso do processo de paz de Moçambique, o Brasil não adotou uma abordagem de longo prazo que associasse a paz ao desenvolvimento. Para fundamentar essa afirmação, o artigo foi dividido em três seções. Na primeira parte, oferece-se um contexto histórico sobre o Acordo Geral de Paz de 1992 e a implementação da missão da ONU em Moçambique (ONUMOZ), que ocorreu entre 1993 e 1994. Na segunda seção, explora-se a participação do Brasil no âmbito da ONUMOZ, revelando as motivações do país em participar dessa missão e a maneira como essa participação se deu. Por fim, na terceira seção, são analisados os acordos de cooperação técnica entre o Brasil e Moçambique entre 1990 e 2010. Dessa forma, o artigo tem como objetivo contribuir para o debate sobre o papel do Brasil na promoção de uma paz associada ao desenvolvimento no contexto global contemporâneo.

Palavras-chave: Paz; Desenvolvimento; Análise de Política Externa.

ABSTRACT

PARTICIPATION OF BRAZIL IN THE PEACEKEEPING OPERATION IN MOZAMBIQUE (ONUMOZ).

AUTHOR: Noli Abílio Chapalira

ADVISOR: Lucas Magalhães Duarte

With the end of the Cold War, Brazil's growing presence was observed in the context of the peace initiatives promoted by the United Nations in África. This Brazilian participation is associated both with the concern of Brazilian foreign policy with the promotion of peace, in accordance with the 1988 Constitution, on the promotion of development. In this context, the following question is discussed: to what extent have Brazil's initiatives in the context of the Mozambique peace process been associated with the promotion of development, 1990 and 2010? This period comprises both the analysis of the United Nations peacekeeping mission for Moçambique, initiated in 1992, and the technical cooperation projects between Brazil and Moçambique that were established after this mission. Based on research carried out in primary and secondary sources and, in particular, in access to the MRE's System of International Acts, the article's argument is that, in the case of the Mozambique peace process, Brazil has not adopted a long-term agenda for peace that was associated with development. To highlight this argument, the article was divided into three parts. The first part presents a historical contextualization on the 1992 General Peace Agreement and the implementation of ONUMOZ, which took place between 1993 and 1994. In the second section, it elucidates both Brazil's motivations to participate in this mission and the form of this participation. Finally, in the third section, we analyze the technical cooperation agreements between Brazil and Mozambique between 1990 and 2010. Thus, the article aims to contribute to the debate on the role of Brazil in the promotion of peace associated with development in the contemporary world.

Keywords: Peace; Development; Foreign Policy Analysis.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1-Mapa Político de Moçambique.....	20
Figura 2-Medalha Da ONUMOZ.....	28
Figura 3-Bandeira Da ONU.....	30

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ONUMOZ	Operação de Nações Unida em Moçambique
AMAN	Academia Militar das Agulhas Negras
Art.	Artigo
APE	Análise de Política Externa
CRFB/88	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
EME	Estado-Maior do Exército
EM	Estado-Maior
EB	Exército Brasileiro
MRE	Ministério das Relações Exteriores
PEB	Política Externa Brasileira
FHC	Fernando Henrique Cardoso
CN	Congresso Nacional
FRELIMO	Frente Libertação de Moçambique
RENAMO	Resistência Nacional de Moçambique
CCOPAB	Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil
AINZ	Agência de Inteligência Nacional do Zimbábue
LNZ	Libertação Nacional do Zimbábue
ABC	Agência Brasileira de Cooperação

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	14
1.1 OBJETIVOS.....	15
1.1.1 Objetivos gerais.....	15
1.1.2 Objetivo específico.....	15
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	16
2.1 MOÇAMBIQUE: DO CONFLITO Á OPERAÇÃO DE MANUTENÇÃO DA PAZ DAS NAÇÕES UNIDAS DE 1992.....	16
2.2“JEITINHO BRASILEIRO” NA OPERAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS EM MOÇAMBIQUE (1993 A 1994):INTERESSE E PRÁTICAS.....	21
2.2.1 A COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE BRASIL E MOÇAMBIQUE (1990-2010):LIMITES AO ELO ENTRE PAZ E DESENVOLVIMENTO.....	25
2.2.2 A CRIAÇÃO DA ONU	29
3. REFERENCIAL METODOLÓGICO.....	31
3.1 TIPO DE PESQUISA.....	31
3.2 MÉTODO DE PESQUISA.....	31
3.2.1 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA.....	31
3.2.2 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS.....	31
4. CONCLUSÃO.....	32
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	33
REFERENCIAS.....	35

1. INTRODUÇÃO

Este artigo examina as ações do Brasil para promover a paz em Moçambique, abrangendo o período desde a implementação da Operação das Nações Unidas em Moçambique (ONUMOZ) em 1992, na qual o Brasil participou, até 2010, o último ano do segundo mandato de Luís Inácio Lula da Silva como presidente do Brasil. O objetivo é investigar em que medida as políticas brasileiras de promoção da paz em Moçambique estiveram relacionadas ao fortalecimento do desenvolvimento no país durante o período de 1990 a 2010. O conceito de desenvolvimento adotado neste estudo baseia-se no relatório de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas de 1990. Segundo esse relatório, o desenvolvimento visa criar um ambiente que permita às pessoas desfrutar de vidas longas, saudáveis e criativas, considerando não apenas aspectos econômicos, mas também acesso ao conhecimento, liberdade política e garantia de direitos humanos. As Nações Unidas desempenham um papel central na promoção da paz e segurança internacional, o que é relevante para a política externa brasileira, conhecida por valorizar foros multilaterais. Portanto, o conceito abrangente de desenvolvimento proposto pelas Nações Unidas em 1990 e a importância dessa organização para a política externa brasileira são elementos orientadores da análise, independentemente de divergências entre os presidentes brasileiros sobre o conceito de desenvolvimento.

O conceito de “construção da paz”, criado por Johan Galtung, é outra abordagem fundamental. Ele destaca que a paz não se resume apenas à cessação da violência física, mas também requer a criação de estruturas sociais, como acesso a serviços de saúde e educação, para que as pessoas possam alcançar todo o seu potencial. O documento “Uma Agenda para a Paz”, das Nações Unidas, relacionou a construção da paz aos esforços de fortalecimento de estruturas que consolidassem a paz e promovessem confiança e bem-estar. O relatório destacou que a cooperação técnica poderia contribuir para o desenvolvimento e, conseqüentemente, para a promoção da paz.

O estudo argumenta que o processo de paz em Moçambique não se encerrou com o fim da ONUMOZ em 1994, uma vez que persistiu um quadro de subdesenvolvimento no país. Analisa-se, então, a política externa brasileira em relação à promoção da paz em Moçambique, buscando identificar em que medida as iniciativas de promoção do desenvolvimento por meio de acordos bilaterais foram concebidas como instrumentos para a promoção da paz. A Análise de Política Externa é utilizada para compreender as mudanças na política interna que influenciam a política externa brasileira. Os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) e Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) são analisados, pois ocuparam a maior parte do período estudado. A análise da política interna nacional permite

questionar a formulação da política externa brasileira com base na implementação da construção da paz. O argumento central é que o Brasil não adotou uma agenda de longo prazo que associasse a promoção da paz à promoção do desenvolvimento em Moçambique. Houve uma falta de continuidade entre a participação do Brasil na ONUMOZ e os acordos bilaterais de cooperação técnica, com um número relativamente baixo desses acordos no governo de Fernando Henrique Cardoso e um aumento apenas durante o governo de Luís Inácio Lula da Silva.

A pesquisa utiliza metodologia de pesquisa bibliográfica de fontes nacionais e internacionais, bem como a sistematização e análise dos acordos de cooperação técnicas disponíveis no Sistema de Atos Internacionais do Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

O artigo é dividido em três partes principais, além da introdução e conclusão: contextualização histórica sobre o Acordo Geral de Paz de 1992 e a implementação da ONUMOZ; a participação do Brasil na ONUMOZ e suas motivações; análise dos acordos de cooperação técnica entre Brasil e Moçambique de 1990 a 2010. O estudo contribui para o debate sobre o papel do Brasil na promoção da paz internacional com base no estudo de caso moçambicano.(KEMER, PEREIRA, 2017).

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo geral

Analisar a aplicação da **PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NA OPERAÇÃO DE MANUTENÇÃO DE PAZ EM MOÇAMBIQUE (ONUMOZ)**

1.1.2 Objetivo específico

Apresentar previsão da literatura sobre a temática de gestão de participação do Brasil na operação de manutenção de paz em Moçambique (ONUMOZ)

Identificar aspectos relacionados a utilização da ONUMOZ.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 MOÇAMBIQUE: DO CONFLITO À OPERAÇÃO DE MANUTENÇÃO DA PAZ DAS NAÇÕES UNIDAS DE 1992

A presente seção contextualiza historicamente o conflito moçambicano e o processo de paz posterior a esse conflito. As causas desse conflito, que envolveu disputas entre os dois principais partidos políticos do país, a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO) e a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), ultrapassam fatores políticos e residem na intersecção de disputas por poder internas, regionais e internacionais. O acordo de paz de Moçambique foi elaborado com o objetivo de pôr um fim a conflitos sangrentos e prolongados, que foram legados pela Guerra Fria e pelo apartheid.

As raízes históricas desse conflito relacionam-se com o colonialismo português em Moçambique. Em 1951, no contexto dos movimentos de descolonização, o governo português de Antônio Salazar renomeou as colônias portuguesas na África de “Províncias Ultramarinas”, como forma de garantir o controle português sobre seus territórios, entre os quais Moçambique, e de lidar com as críticas internacionais ao colonialismo. Ainda assim, os movimentos de descolonização no continente africano possibilitaram que, em 1962, começou a formação do primeiro partido de oposição moçambicana a Portugal, a Frente de Libertação Nacional de Moçambique (FRELIMO) Dois anos depois, a FRELIMO lançou uma luta armada contra Portugal e recebeu suporte de forças radicais de países do Leste Europeu, da China e de países africanos árabes. (RUPIYA, 1998).

Depois de 1970, Portugal lutou contra a FRELIMO; contudo, o contexto da Revolução dos Cravos, que ocorreu em Portugal, em 1974, e as discordâncias domésticas nesse país sobre a presença portuguesa em Moçambique, Guiné-Bissau e Angola, modificou o contexto moçambicano Como uma consequência da Revolução dos Cravos em Portugal, houve a retirada de 60.000 mil soldados portugueses de Moçambique. Ainda no mesmo ano, o Acordo de Lusaka foi assinado, o qual pôs um fim ao colonialismo português em Moçambique. Em 1975, Samora Michel, líder da FRELIMO, tornou-se o primeiro presidente moçambicano e a FRELIMO tornou-se o centro do sistema uni partidário em Moçambique Em 1977, a FRELIMO foi oficialmente transformada em um movimento Marxista-leninista, o que deu condições para uma aproximação entre esse partido e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

Argumenta que, a despeito da agenda nacionalista da FRELIMO, o governo conferiu tratamento desigual a determinados grupos sociais, como foi o caso dos camponeses moçambicanos, os quais foram relegados a um segundo plano no contexto das políticas nacionais de Moçambique, em razão do foco do governo desse país nas fazendas estatais. Além disso, Rupiya afirmou que houve a marginalização das autoridades tradicionais, o que levou a um aumento das hostilidades entre a população e o governo e contribuiu para a escalada do conflito civil.

A principal oposição à FRELIMO foi a Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO), formada, em 1977, pela Agência de Inteligência Nacional do Zimbábue. Promoveu a formação da RENAMO como um contraponto ao Presidente de Moçambique, Samora Moisés Michel, que apoiava o Exército de Libertação Nacional do Zimbábue, grupo de oposição desse país. Os objetivos da RENAMO, naquele contexto, eram desestabilizar o governo da FRELIMO e oferecer inteligência ao Exército de Libertação Nacional do Zimbábue, que estava operando nas fronteiras de Moçambique. Em 1980, com a independência do Zimbábue, o controle da RENAMO foi transferido para a África do Sul, cujo objetivo era fazer oposição ao movimento armado sul-africano que estava lutando contra o apartheid. Após isso, a África do Sul também bloqueou o acesso ao mar que o Zimbábue tinha por meio de Moçambique, o que aumentaria a dominação da África do Sul no contexto regional. O apoio sul-africano permitiu o fortalecimento das forças da RENAMO, as quais foram ampliadas de 500 para 8.000 combatentes ((RUPIYA, 1998).

Em 1984, o Pacto de Não-Agressão de Nkomati, que visava ao fim das hostilidades entre Moçambique e a África do Sul, foi assinado por esses países. No contexto desse pacto, esses Estados comprometeram-se a não oferecer apoio material aos movimentos de oposição presentes em cada um deles. O Congresso Nacional da África do Sul foi proibido de conduzir operações militares na África e o país sul-africano, por sua vez, não foram iniciados em 1990 e contaram com a mediação da Comunidade Católica de Santo Egídio. Após dois anos de negociações, foi estabelecido, em 1992, o Acordo Geral de Paz entre a RENAMO e o governo da FRELIMO, composto por sete protocolos. O Protocolo I, intitulado “Princípios Básicos”, estabeleceu o compromisso de o governo não tomar quaisquer medidas contrárias ao Acordo Geral de Paz, ao passo que a RENAMO não deveria entrar em conflitos armados. O Protocolo II, “Critérios para a formação e reconhecimento de partidos políticos”, estabeleceu diretrizes para a organização de partidos políticos, estabelecendo, por exemplo, que esses deveriam ser associações de cidadãos voluntárias, independentes e livres, cujo propósito principal seria o de dar expressão democrática à vontade popular e promover a participação democrática. O Protocolo

III, “Princípios do Ato Eleitoral”, estabeleceu princípios que deveriam orientar as eleições moçambicanas, como a liberdade de imprensa, de expressão e o estabelecimento de procedimentos eleitorais baseado em um sistema de regras democráticas, imparciais e pluralistas. O Protocolo IV, “Assuntos Militares”, tratou de temas como a formação da Força de Defesa Moçambicana, uma força apartidária cuja formação teria início após o cessar-fogo. O Protocolo V, “Garantias”, estabeleceu a criação de uma Comissão para supervisionar o cessar-fogo e monitorar o Acordo Geral de Paz. Finalmente, o Protocolo VI, “Cessar-fogo”, estabeleceu as condições para o cessar-fogo e o Protocolo VII, “Conferência de Doadores”, afirmou a necessidade de uma conferência internacional para viabilizar o financiamento do processo eleitoral, de programas emergenciais e da reintegração de deslocados internos, refugiados e soldados desmobilizados. O processo de paz moçambicano recebeu amplo suporte internacional de países como os Estados Unidos da América, França, Portugal e o Reino Unido. (RUPIYA, 1998).

Após o estabelecimento do Acordo Geral de Paz de 1992, o Conselho de Segurança aprovou, em 13 de outubro do mesmo ano, a Resolução 782, pela qual deu as boas-vindas à assinatura do Acordo Geral e aprovou o despacho de um Representante Especial Interino do Secretário-Geral e de uma equipe de observadores militares de Moçambique. Contudo, devido às persistentes violações ao cessar-fogo em várias áreas do país, o Conselho de Segurança estabeleceu a Operação de Paz das Nações Unidas em Moçambique, por meio de sua Resolução 797, de 16 de dezembro de 1992, a qual deveria durar até 31 de outubro de 1993. O mandato da ONUMOZ incluiu aspectos políticos, eleitorais, militares e humanitários. No âmbito político, o Representante Especial ficaria responsável por liderar a Comissão de Monitoramento e de Supervisão, a qual havia sido criada no contexto da implementação do Acordo, com o objetivo de monitorar o processo de paz. Com relação ao processo eleitoral, o Acordo Geral de Paz estabeleceu que eleições legislativas e presidenciais deveriam ocorrer um ano após a assinatura do Acordo. Nesse contexto, a Divisão Eleitoral da ONUMOZ deveria monitorar o processo eleitoral que seria organizado pela Comissão Nacional de eleições e, também, manter contato com o governo de Moçambique. (NAÇÕES UNIDAS, 1992b).

No âmbito militar, a ONUMOZ teve o papel de monitorar e verificar:

1. O cessar-fogo;
2. A separação e a concentração das forças das partes envolvidas no conflito;
3. A desmobilização dos combatentes e a coleta, armazenamento e destruição de armas;
4. A retirada das forças estrangeiras; e

5. O desmantelamento de grupos militares armados privados e irregulares. Além disso, a ONUMOZ deveria prover a segurança para as Nações Unidas e outras iniciativas internacionais que tivessem o intuito de apoiar o processo de paz.

Por fim, no âmbito humanitário, o componente da ONUMOZ para operações humanitárias estabelecido em Maputo, deveria servir tanto como um instrumento de reconciliação quanto como uma forma de apoiar o retorno de refugiados e de deslocados internos para seus lares. Apesar do estabelecimento da ONUMOZ, em 14 de Abril de 1993, o Conselho de Segurança adotou a Resolução 818 (1993), que condenou os atrasos que impediam o avanço do processo de paz moçambicano e ampliou o mandato da ONUMOZ por seis meses. De fato, os atrasos na implementação das unidades militares da ONUMOZ trouxeram lentidão ao processo, pois a RENAMO solicitou que, no mínimo, 65% das tropas da ONUMOZ deveriam estar a postos antes que tivesse início o processo de implementação do Acordo Geral de Paz. Assim, a ONUMOZ foi implementada em maio de 1993, ao passo que as eleições moçambicanas foram atrasadas em um ano. Nessas eleições, 85% dos 5,2 milhões de votantes registrados compareceram às urnas e reelegeram Joaquim Chissano como o Presidente de Moçambique, ao passo que a FRELIMO obteve a maioria dos assentos do Parlamento (129 dos 250 assentos disponíveis) Nesse contexto, as eleições ocorreram em outubro de 1994 e foram declaradas “livres e justas” pelas Nações Unidas. (RUPIYA, 1998).

Embora esses resultados aparentemente corroborem a ideia de “sucesso” da iniciativa das Nações Unidas para a paz em Moçambique é relevante recordar, nesse contexto, os argumentos de Rob Jenkins sobre processos de construção da paz. De acordo com esse autor, uma das questões que podem ser levantadas sobre as iniciativas das Nações Unidas para a paz se refere à duração desses processos. Dado que não existe uma duração definida para a conclusão de um processo de paz, é possível afirmar que o término da ONUMOZ não trouxe, necessariamente, a paz para a sociedade moçambicana. Reppell e outros pesquisadores afirmam, nesse sentido, que, mais de vinte anos após o estabelecimento do Acordo Geral de Paz, mais de 14 milhões de pessoas em Moçambique vivem com menos de US\$ 1,25 por dia. Além disso, o país ainda necessita de programas de apoio à reintegração de ex-combatentes na economia nacional. Adicionalmente, a violência entre os partidos RENAMO e FRELIMO tornou-se evidente no contexto político moçambicano. Segundo Bowker e outros pesquisadores, abusos de direitos humanos são cometidos por ambas as partes em conflito e, de acordo com a organização, Médicos Sem Fronteiras. Segundo o Banco Mundial, a população total de

Moçambique, em 2015, totalizava cerca de 28 milhões de habitantes. (BANCO MUNDIAL, 2017).

Figura-1 Mapa Político de Moçambique



Fonte: nationsonline.org

Mais de 5.800 refugiados moçambicanos ainda não têm acesso a condições humanitárias mínimas, na medida em que estão em abrigos superlotados, sem acesso à água potável e a saneamento básico. Nesse contexto, é importante considerar a ênfase das Nações Unidas na inter-relação entre paz e desenvolvimento, evidenciada por meio do conceito de construção da paz. Partindo dessa perspectiva, é possível afirmar que o processo de paz em Moçambique está, ainda, em curso na medida em que o país apresenta diversas carências em termos de estruturas sociais, como os deficientes existentes em seus sistemas de educação, de saúde e de saneamento básico, entre outros. Esses dados evidenciam a necessidade de ampliar a discussão sobre o “sucesso” do processo de paz moçambicano. Para ampliar esse debate, a próxima seção apresenta a perspectiva brasileira sobre o processo de paz moçambicano,

analisando o papel do Brasil no contexto da ONUMOZ. (BANCO MUNDIAL, 2017).

2.2 O “JEITINHO BRASILEIRO” NA OPERAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS EM MOÇAMBIQUE (1993 A 1994): INTERESSES E PRÁTICAS

Nesta seção, examinaremos o processo de reconciliação em Moçambique a partir da perspectiva do Brasil. Os objetivos do Brasil nesse contexto foram tanto contribuir para a reconciliação em Moçambique quanto avançar seus interesses nacionais no cenário internacional. A questão central desta análise é: até que ponto podemos afirmar que o Brasil adotou uma política para a paz com ênfase no desenvolvimento no contexto moçambicano? Para realizar essa análise, focalizaremos a participação do Brasil na missão da ONUMOZ, que ocorreu de janeiro de 1993 a dezembro de 1994. Além disso, examinaremos os projetos de cooperação bilateral entre Brasil e Moçambique que foram implementados após o término dessa missão. Embora esses tópicos, ou seja, a missão de manutenção da paz e os projetos de cooperação técnica, possam parecer distintos, investigaremos possíveis inter-relações entre as diferentes iniciativas brasileiras nesse país. Essas inter-relações evidenciarão a existência de uma política brasileira para a paz em Moçambique, que tem como foco a promoção do desenvolvimento.

Antes de prosseguir com essa análise, é importante ressaltar que a expressão “jeitinho brasileiro”, utilizada no título, foi originalmente cunhada por Roberto DaMatta no livro “O que faz o Brasil, Brasil?”. Essa expressão, de forma geral, está associada à habilidade dos brasileiros de contornar restrições legais e institucionais para obter benefícios pessoais. No entanto, neste artigo, daremos um significado diferente a essa expressão. Nesta seção, discutiremos a ideia de que o Brasil tem uma abordagem particular para promover a paz em países em desenvolvimento, caracterizada não apenas pela empatia social e cultural com esses países, mas também pelo compromisso com a promoção do desenvolvimento nesses lugares.(DAMATTA, 1986).

Para tanto, é relevante analisar a presença do Brasil na ONUMOZ. Nesse sentido, destaca-se que o envio de tropas para missões de peacekeeping no continente africano se enquadra dentro de um “interesse tradicional” do Brasil em apoiar a África, o que foi expresso, por exemplo:

1. Na Mensagem No 823 do Poder Executivo ao Congresso Nacional, em 5 de novembro de 1993, a qual solicitou ao Congresso a autorização para o envio de tropas brasileiras para a ONUMOZ.

2. Na Mensagem por meio da qual o Poder Executivo brasileiro solicitou autorização para o envio de tropas brasileiras à Angola, no contexto da operação de peacekeeping UNAVEM III. Nesse contexto, Fontoura apresenta a atuação do Brasil de uma maneira mais ampla no contexto das operações de manutenção da paz das Nações Unidas. (CONGRESSO NACIONAL, 1994).

Desde 1957, o Brasil tem desempenhado um papel significativo nas operações de manutenção da paz, participando de 23 missões das Nações Unidas, incluindo duas missões civis. De acordo com informações do Ministério das Relações Exteriores do Brasil em 2017, o país contribuiu para nove missões de paz, empregando mais de 1.700 pessoas nesses contextos. É argumentado que, diferentemente dos anos 1960, quando a contribuição brasileira para as missões de paz estava principalmente relacionada ao envio de pessoal militar, a década de 1990 testemunhou um aumento da participação civil e policial do Brasil, além do fornecimento de onze oficiais das Forças Armadas para o Departamento de Operações de Manutenção de Paz das Nações Unidas.

No contexto da Operação das Nações Unidas em Moçambique (ONUMOZ), destaca-se que o Brasil enviou uma força de 300 membros, composta por 218 militares, 66 policiais e 16 funcionários civis. Essa participação ocorreu entre janeiro de 1993 e dezembro de 1994, com o General Lélío Gonçalves Rodrigues da Silva, um brasileiro, comandando o componente militar da missão. Além disso, o Brasil contribuiu para o processo eleitoral em Moçambique por meio da atuação de Walter Porto, assessor do presidente do Congresso Nacional Brasileiro, que foi juiz nas eleições moçambicanas de 1994.

Atualmente, o Brasil participa de várias iniciativas de paz das Nações Unidas, incluindo MINURSO (Sara Ocidental), MINUSTAH (Haiti), UNFICYP (Chipre), UNIFIL (Líbano), MONUSCO (República Democrática do Congo), UNISFA (Abyei), UNMIL (Libéria), UNMISS (Sudão do Sul) e UNOCI (Costa do Marfim). No cenário político interno do Brasil, destaca-se a formação do Grupo de Trabalho Interministerial como um fator relevante para compreender as motivações do país em se envolver no processo de paz em Moçambique. (FONTOURA, 2005).

Esse grupo, composto por representantes de diferentes áreas do governo – Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Justiça, Forças Armadas e Congresso Nacional – foi formado porque o governo brasileiro não tinha, naquele momento, uma estrutura governamental dedicada a acompanhar a participação do Brasil em missões de paz. Esse grupo tinha as seguintes motivações:

1. Aumentar a influência brasileira nos órgãos das Nações Unidas relacionados às missões de manutenção da paz;
2. Atualizar a legislação brasileira relacionada ao envio de tropas brasileiras para missões internacionais;
3. Aproveitar as oportunidades de cooperação bilateral que fossem identificadas no contexto da implementação dos processos de paz.

Assim, a participação do Brasil em iniciativas de paz buscou tanto melhorar o *status* internacional do Brasil quanto identificar novas oportunidades para a cooperação bilateral.

Com relação à participação do Brasil no contexto da ONUMOZ, após a aprovação dessa missão pelo Conselho de Segurança, o Brasil reagiu positivamente à solicitação do Secretário-Geral Boutros-Ghali ao envio de tropas brasileiras a Moçambique. Para justificar essa participação, as seguintes razões foram apresentadas pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, por meio da Mensagem N 823, de 5 de novembro de 1993:

- Responder positivamente a uma demanda do Secretário-Geral das Nações Unidas;
- Obedecer à Constituição Nacional, que afirma, em seu artigo quarto, o comprometimento do Brasil com a promoção da paz e, também, cumprir com suas obrigações como membro das Nações Unidas;
- Contribuir para a pacificação do Sul da África;
- Fortalecer o relacionamento com Moçambique e com países africanos lusófonos;
- Evitar a redução do prestígio internacional do Brasil, na medida em que "a ausência do Brasil nesse esforço de pacificação causaria surpresa e teria repercussões negativas quanto à nossa capacidade de atuação internacional.

Ainda nessa mensagem, enfatizou-se que os riscos de retomada das hostilidades e de um prolongamento indefinido da presença das Nações Unidas em Moçambique seriam “bem menores” do que outras missões dessa organização, uma vez que Moçambique já tinha 10 meses de paz entre os partidos RENAMO e FRELIMO e suas eleições gerais já haviam sido marcadas. Esses argumentos indicam a ponderação, por parte do Brasil, dos custos e benefícios da sua participação no contexto moçambicano. Nesse contexto, o Congresso Nacional Brasileiro aprovou a participação do Brasil, por meio do Decreto Nacional Legislativo 15/1994, o que, foi condizente com os seguintes interesses do Brasil:

- Manter a tradição brasileira de oferecer tropas a missões internacionais;
- Expressar a solidariedade nacional com um país que partilha de traços culturais e históricos com o Brasil;
- Promover a imagem do Brasil no plano internacional.

No que se refere à participação das Forças Armadas brasileiras no terreno moçambicano, Sé argumenta que existe uma “cultura brasileira das operações de paz”, a qual é concebida pelo autor como a contribuição que as características culturais do Brasil, como as habilidades de negociação e o comportamento amigável dos brasileiros, podem oferecer no contexto de missões internacionais. Em particular, o autor fornece alguns exemplos sobre como esse “jeitinho brasileiro” evidenciou-se na ONUMOZ:

- Em uma negociação com ex-guerrilheiros que haviam bloqueado estradas moçambicanas, as tropas brasileiras conseguiram, de forma amigável, negociar a liberação das estradas.
- Aprimorar a experiência das Forças Armadas nacionais. Essas passagens evidenciam alguns dos argumentos do Brasil sobre a participação na ONUMOZ, os quais estão relacionados tanto à promoção internacional da paz quanto ao intuito de aumentar o prestígio internacional do país e as capacidades de suas Forças Armadas.
- A pobreza encontrada em Moçambique era uma característica conhecida pelas tropas brasileiras, o que contribuiu para a aproximação entre as tropas brasileiras e a população local.
- Algumas práticas culturais brasileiras, como o futebol e a capoeira, contribuíram para a construção de um ambiente de “convivência fraterna” no contexto dessa missão.
- O fato de o Português ser um idioma comum contribuiu para a formação de um relacionamento positivo entre a equipe brasileira na ONUMOZ e a sociedade moçambicana. (AGUILAR, 2012).

Para avaliar a atuação do Brasil em Moçambique e seu impacto na promoção de uma paz orientada para o desenvolvimento, é importante analisar exemplos concretos da participação das tropas brasileiras no terreno, com base em entrevistas com militares envolvidos. No entanto, surge a questão de até que ponto essa atuação promoveu a integração entre as diferentes forças presentes em campo. Foi questionado se havia uma doutrina de integração que alinhasse as ações dos componentes militar, civil e policial no terreno.

Embora o “jeitinho brasileiro” tenha sido mencionado em outras ocasiões, como durante um workshop entre a Universidade de São Paulo e o Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil em

2017, destacou-se que não havia uma doutrina de integração claramente estabelecida. As iniciativas das tropas brasileiras demonstraram uma proximidade cultural com a sociedade moçambicana, o que foi de extrema importância na promoção da paz por meio do desenvolvimento. No entanto, essas características não indicaram uma política do Estado brasileiro comprometida com a promoção da paz por meio do desenvolvimento durante a implementação da ONUMOZ. Para ampliar a discussão sobre o período pós-ONUMOZ, a terceira seção do estudo avalia os projetos de cooperação técnica para o desenvolvimento entre o Brasil e Moçambique. No entanto, é observado que, embora o Brasil tenha manifestado interesses em diversas dimensões de atuação em Moçambique, na prática, sua participação esteve predominantemente ligada à dimensão militar, sem previsão de sinergias com as dimensões policial e civil. Portanto, pode-se afirmar que, embora os militares no terreno tenham demonstrado interações culturais positivas, caracterizadas como um “jeitinho brasileiro”, isso não reflete uma abordagem sistêmica e coordenada para a promoção da paz e desenvolvimento.

2.2.1 A COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE BRASIL E MOÇAMBIQUE (1990-2010): LIMITES AO ELO ENTRE PAZ E DESENVOLVIMENTO

Apesar das constatações feitas na seção anterior sobre o impacto positivo da presença das tropas brasileiras na ONUMOZ, é essencial examinar a atuação do Brasil no processo de paz em Moçambique por meio da análise dos acordos de cooperação bilateral entre os dois países. As iniciativas brasileiras no âmbito da cooperação técnica para o desenvolvimento podem ser atribuídas às seguintes motivações:

- A necessidade de promoção do desenvolvimento sustentável, em particular no contexto da solidariedade existente entre países em desenvolvimento;
- Uma forma de fortalecer os laços entre países latino-americanos e africanos;
- A proximidade histórica e cultural com alguns dos países com os quais o Brasil mantém projetos de cooperação técnica.

Dentro desse contexto, Mendonça e Faria apresentam o argumento de que a criação da Agência Brasileira de Cooperação em 1987 trouxe uma mudança no perfil da Cooperação Técnica para o Desenvolvimento do Brasil. Nesse sentido, a diplomacia brasileira questionou a narrativa de assimetria entre países doadores e receptores, propondo parcerias através da Cooperação Sul. No entanto, os autores também afirmam que a Cooperação Técnica para o Desenvolvimento do Brasil ainda se baseia

em práticas e expectativas consolidadas em organizações multilaterais e fóruns com vasta experiência em cooperação para o desenvolvimento. Essa afirmação suscita questionamentos sobre a ideia de que o Brasil, como um país em desenvolvimento, possui maior proximidade com as sociedades e realidades de seus parceiros em desenvolvimento. (MENDONÇA E FARIA, 2015).

Na realidade, no contexto da cooperação técnica entre o Brasil e Moçambique, o fato de o Brasil ser um país em desenvolvimento não foi suficiente para gerar uma política de paz com uma conexão contínua entre a participação brasileira na ONUMOZ e os projetos de cooperação subsequentes entre os dois países, nos quais o desenvolvimento pudesse ser identificado como um elemento de coesão. Essa afirmação é respaldada pela análise dos governos brasileiros de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) em relação ao continente africano, durante o período após a retirada da ONUMOZ. No que diz respeito à política externa brasileira para a África durante o mandato de Fernando Henrique Cardoso, argumenta-se que houve uma “exclusão” da África das prioridades da política externa brasileira naquela época. Segundo esses autores, várias embaixadas brasileiras foram fechadas em países como Etiópia, Tanzânia, Camarões, República Democrática do Congo, Togo e Zâmbia. Em particular, a política externa brasileira durante o governo de Fernando Henrique foi orientada principalmente pelo pragmatismo comercial, com ênfase em países como Angola e Nigéria. Fernando Henrique afirmou que “promover relações com países africanos teria sido um equívoco, servindo apenas para os militares brasileiros afirmarem sua suposta hegemonia no Atlântico Sul, sem que o Brasil obtivesse ganhos econômicos”. (MENDONÇA E FARIA, 2015).

Os autores também argumentam que a Política Externa Brasileira (PEB) passou por mudanças durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), com o objetivo de fortalecer as relações entre o Brasil e os países africanos. De fato, entre 2006 e 2010, o orçamento anual da Agência Brasileira de Cooperação aumentou significativamente, passando de 18,7 milhões de reais para 52,26 milhões de reais, sendo que metade desse valor foi destinado aos países africanos em 2009.

Nesse contexto, a PEB foi concebida não apenas como uma forma de o Brasil ampliar sua influência no cenário internacional, mas também de estreitar os laços com as economias emergentes do continente africano. Essa estratégia de fortalecimento das relações bilaterais foi especialmente evidente em Moçambique, como destacado pelo ex-presidente Lula: “Hoje, Moçambique é um parceiro importante para investimentos. A produção energética e mineral moçambicana terá um impacto

determinante na África Austral e no mundo. Algumas de nossas maiores empresas já estão atuando nesse país. Reconhecemos os pontos históricos em comum entre Moçambique e o Brasil, e nossas similaridades facilitam o compartilhamento de experiências e a criação de contatos. Temos uma verdadeira amizade e senso de camaradagem que facilitam nossas relações.”

- Discurso do Presidente Luiz: Durante o governo Lula, destacaram-se os projetos:
- De instalação de uma fábrica de medicamentos antirretrovirais em Moçambique; e;
- Da cooperação trilateral entre Brasil, Japão e Moçambique, no contexto do Pro Savana.

A fábrica de medicamentos antirretrovirais, sob posse do governo moçambicano, destacou-se como um aspecto distintivo da cooperação brasileira, ao permitir maior autonomia ao país africano na produção de medicamentos contra o HIV/AIDS. Por sua vez, a cooperação trilateral no âmbito do projeto Pro Savana foi a aplicação da experiência compartilhada entre o Brasil e o Japão no cultivo do Cerrado em terras da Savana africana. No entanto, esse projeto tem sido alvo de críticas, pois a exportação do modelo brasileiro para Moçambique pode gerar problemas como o surgimento de conflitos agrários, o aumento da pobreza e o desequilíbrio ecológico.(ALMEIDA, 2016).

No encerramento da Reunião de Negócios em Maputo, em 16 de outubro de 2008, o discurso de Luiz Inácio Lula da Silva enfatizou não apenas os laços históricos e culturais com a África, mas também a importância do comércio e dos investimentos nas relações bilaterais. Durante os anos de governo de Lula, houve uma mudança na Política Externa Brasileira (PEB) que reconheceu o peso da escravidão nas relações bilaterais e buscou estabelecer relações horizontais com países africanos. No caso de Moçambique, essa mudança pode ser observada pela análise do número e do escopo dos projetos de cooperação técnica bilateral entre 1995 e 2010.

Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, foram assinados cinco acordos de cooperação técnica entre Brasil e Moçambique, enquanto durante o governo de Lula, foram firmados 49 acordos bilaterais desse tipo. Além disso, houve um incremento significativo no orçamento anual da Agência Brasileira de Cooperação, destinado em parte a países africanos, incluindo Moçambique. Esses fatos indicam uma intensificação das relações bilaterais e um maior escopo nos projetos de cooperação durante o governo de Lula. No entanto, a análise revela uma descontinuidade na PEB em relação à promoção da paz em Moçambique. Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, houve uma redução na cooperação bilateral com Moçambique, mesmo após o término da Operação das

Nações Unidas em Moçambique (ONUMOZ). Essa falta de projetos de cooperação nas áreas essenciais, como saúde, agricultura, alimentação e ciência e tecnologia, sugere que o desenvolvimento não foi priorizado na busca pela paz.

Essa análise contrapõe a ideia de que o Brasil, como ator do Sul Global, enfatiza as sociedades locais e o subdesenvolvimento em suas agendas de construção da paz. A participação brasileira na ONUMOZ e a redução dos projetos de cooperação técnica após a missão indicam uma visão míope da paz, que se concentra apenas nas operações de paz e não na cooperação técnica como um meio de promoção do desenvolvimento e da paz. Uma inserção mais qualificada do Brasil na construção da paz exigiria um diálogo mais amplo com entidades não governamentais e forças da sociedade moçambicana, a fim de compreender melhor os conflitos locais. A solidariedade presente na cooperação para o desenvolvimento do Brasil deve se estender além das decisões governamentais e se basear em um diálogo genuíno com organizações não governamentais e forças opositoras nos países-parceiros. Portanto, o caso de Moçambique levanta a discussão sobre a importância de uma sinergia entre os diferentes instrumentos da PEB, como as missões de paz e os projetos de cooperação para o desenvolvimento. Essa abordagem pode fortalecer a atuação internacional do Brasil na promoção da paz, enfatizando o desenvolvimento como um elemento central. (MRE, 2017).

Figura-2 Medalha Da ONUMOZ



Fonte: ONU

2.2.2 Criação Da ONU

A ONU, abreviação de Organização das Nações Unidas, foi oficialmente criada no dia 24 de outubro de 1945, em São Francisco, nos Estados Unidos.

A sua criação ocorre no contexto pós-Segunda Guerra Mundial, em que os países procuravam impedir que ainda mais conflitos ocorressem. A Europa e as Américas estavam destruídas devido ao conflito mundial e precisavam de alguma instituição que pudesse garantir a paz, ao menos por algum tempo. Assim, a ONU é criada como uma tentativa de formar uma união de nações que garantisse a manutenção de uma relação amistosa entre os países. A proposta da ONU é manter a paz e a segurança internacional, bem como desenvolver a cooperação entre as nações.

Com isso, espera-se que a ONU possa solucionar eventuais problemas e conflitos nas áreas culturais, econômicas, sociais e humanitárias. Além disso, a organização tem também como função preservar o respeito às liberdades fundamentais e aos direitos humanos. Igualmente a Organização foi criada com o objetivo de efetivar a cooperação internacional a fim de resolver os problemas mundiais sejam, econômicos, sociais, culturais e humanitários. A sua sede funciona também como o centro comum onde deve-se harmonizar a ação das nações para a conquista desses objetivos.

Os 50 países que assinaram a Carta de Criação da ONU devem também cumprir com alguns objetivos. Entre eles, podemos citar: resolver seus conflitos internacionais pacificamente, acompanhar as Nações Unidas em qualquer medida tomada, impedir que os preceitos da Carta sejam feridos e defender a igualdade entre todos os indivíduos.(UNITED NATIONS, 2023).

Figura-3 Bandeira Da ONU



Fonte: ONU

3. REFERENCIAL METODOLÓGICO

3.1 TIPO DE PESQUISA

Em relação ao nível de profundidade, a pesquisa foi exploratória, aprofundando nos objetivos específicos do Trabalho. Já em relação a abordagem, a pesquisa foi qualitativa, pois apresenta vários relatos e opiniões de civis e militares que foram nessa missão ou estudaram esse assunto no que diz respeito ao procedimento utilizado para a coleta de dados foi usado a pesquisa bibliográfica, através de artigos, revistas e outros trabalhos de conclusão de curso.

3.2 MÉTODO DE PESQUISA

O método de pesquisa é hipotético-dedutivo, que procura a solução do problema: Como a missão de manutenção de paz em Moçambique colaborou com a projeção internacionais do Brasil? A hipótese para resposta desse problema é que o Exército Brasileiro cumpriu sua missão de forma excepcional, evidenciando capacidade estratégica e logística.

3.2.1 Pesquisa Bibliográfica

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de artigos científicos e de livro “O que faz o Brasil, Brasil?” de Roberto DaMatta, que fala o “jeitinho brasileiro”.

Através de consulta a obras de divulgação, proporcionando conhecimentos científico ou técnico.

Em seguida procurou-se obras de autores referentes a tema como trabalho de conclusão de curso ou outras publicações com respeito ao assunto.

3.2.2 Instrumento De Coleta De Dados

O instrumento de coleta de dados usado foi o fichamento. O tipo de ficha é a de citação.

4. CONCLUSÃO

A participação do Brasil na Operação das Nações Unidas em Moçambique (ONUMOZ) como força de manutenção da paz pode ser analisada a partir de diversos pontos de vista, considerando o contexto histórico, político e social tanto do Brasil quanto de Moçambique. Inicialmente, é importante destacar que a participação brasileira na ONUMOZ aconteceu no contexto de transição política em Moçambique, após o fim da guerra civil que durou cerca de 16 anos. Nesse contexto, a presença de uma força de manutenção da paz da ONU, com a participação do Brasil, tinha como objetivo principal promover a estabilidade política e econômica do país, bem como garantir a segurança das populações civis. É preciso levar em consideração também o papel do Brasil como país emergente e sua busca por maior visibilidade e prestígio internacional. A participação do Brasil na ONUMOZ pode ser vista como uma oportunidade de consolidar sua posição no cenário internacional e demonstrar sua capacidade em contribuir para a manutenção da paz e estabilidade em um país africano.

Outro aspecto relevante a ser considerado é a importância estratégica de Moçambique como um dos países mais populosos e com grande potencial econômico na região da África Austral. Nesse sentido, a participação brasileira na ONUMOZ pode ter sido motivada também por interesses comerciais e de investimentos no país, buscando consolidar sua posição como um ator importante no continente africano. Por fim, é importante ressaltar que a participação do Brasil na ONUMOZ teve impactos significativos na relação bilateral entre Brasil e Moçambique, contribuindo para o fortalecimento das relações diplomáticas e comerciais entre os dois países. Além disso, a missão da ONU em Moçambique teve resultados positivos na promoção da estabilidade política, na redução dos índices de violência e no respeito aos direitos humanos no país.

Em resumo, a análise da participação do Brasil na ONUMOZ pode ser feita considerando diversos aspectos, tais como o contexto histórico e político do país, a busca por maior visibilidade e prestígio internacional, os interesses comerciais e de investimentos no continente africano e os resultados alcançados pela missão da ONU em Moçambique.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo abordou o papel desempenhado pelo Brasil na promoção da paz em Moçambique, com foco na sua agenda de desenvolvimento no país africano. Após uma introdução contextual sobre o histórico que levou ao Acordo Geral de Paz e ao estabelecimento da missão da ONU em Moçambique (ONUMOZ), o artigo analisou o processo de paz sob a perspectiva brasileira. Embora o Brasil enfatize a importância do desenvolvimento para a promoção da paz e busque estabelecer uma conexão entre as operações de paz e os projetos de cooperação técnica, constatou-se que, entre 1995 e 2003, período posterior ao término da ONUMOZ, apenas cinco projetos de cooperação técnica foram implementados entre Brasil e Moçambique. Esse número é significativamente menor em comparação com os 49 projetos de cooperação para o desenvolvimento realizados durante o governo de Lula. Além disso, a análise dos temas dos projetos revelou que, no governo de Fernando Henrique Cardoso, apenas mineração, educação e segurança pública foram contempladas, sendo que os projetos de educação e segurança pública tiveram início somente em 2001, seis anos após o término da ONUMOZ.

Esses fatos indicam que, no caso de Moçambique, não se pode afirmar que houve uma política centrada na promoção do desenvolvimento para alcançar a paz, uma vez que a promoção da paz foi principalmente realizada por meio das operações de paz e somente depois houve um aumento no número de projetos de cooperação para o desenvolvimento entre os dois países. Isso vai contra a suposição de que o Brasil, como país em desenvolvimento, enfatizou, na prática, a ligação entre paz e desenvolvimento em suas relações com Moçambique.

No início do artigo, foi feita uma contextualização da história de Moçambique, desde o período colonial até a luta pela independência e o surgimento da FRELIMO, culminando na independência do país e na subsequente guerra civil. Essa contextualização visou fornecer ao leitor uma compreensão do país em questão. Em seguida, foram apresentados os antecedentes da missão de paz em Moçambique, abordando o Acordo Geral de Paz como instrumento para a sua institucionalização e para o fim da guerra civil. Também foram explorados os desenvolvimentos da missão, chegando à implementação do sistema de eleições multipartidárias, resultado do Acordo de Paz e auxiliado pela ONUMOZ.

Moçambique é considerado um caso relativamente bem-sucedido de transição para uma paz duradoura e serve como exemplo para outros processos de paz na África e no mundo. O processo de construção da paz em Moçambique contou com a participação de vários atores que contribuíram significativamente para alcançar a paz. Embora tenha havido avanços na segurança, política e

economia, é importante ressaltar que a transição para uma democracia liberal não resultou em uma melhoria significativa na qualidade de vida de grande parte da população, que continua enfrentando violência estrutural e a falta de garantia de direitos fundamentais, como liberdade de expressão e direitos humanos. No entanto, o processo de construção da paz foi bem-sucedido tanto em termos de alcançar a paz negativa (cessação dos conflitos violentos) quanto em aspectos da paz positiva (promoção do desenvolvimento e bem-estar social). Um marco importante nesse processo foi a realização das eleições gerais de Moçambique em 1994, que marcaram o fim da missão de paz da ONU em Moçambique.

Em resumo, o estudo evidencia que, apesar da retórica da política externa brasileira enfatizar a conexão entre paz e desenvolvimento, no caso específico de Moçambique, o Brasil adotou uma abordagem mais voltada para as operações de paz do que para os projetos de cooperação técnica. O número limitado de projetos de cooperação entre os dois países e a concentração temática nesses projetos sugerem que a promoção do desenvolvimento não foi uma prioridade central da agenda brasileira durante esse período.

Essas conclusões contribuem para o debate sobre o papel do Brasil na promoção da paz associada ao desenvolvimento no contexto global contemporâneo. A análise histórica, política e econômica de Moçambique fornecida neste estudo oferece uma compreensão mais aprofundada dos desafios e das oportunidades enfrentados pelos países em desenvolvimento na busca por uma paz sustentável e inclusiva.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Elga Lessa de. **Entre o discurso solidário e a ação pragmática da cooperação brasileira em Moçambique: os casos dos projetos de implantação da fábrica de medicamentos antirretrovirais e o Pro Savana.** Cadernos CRH, Salvador, vol. 29, nº 76, p. 53-68, Abril, 2016.

AGUILAR, Uma cultura brasileira de missões de paz. In: BRIGAGÃO, Clóvis; FERNANDES, Fernanda. (org.) *Diplomacia brasileira para a paz.* Brasília: FUNAG, 2012

BANCO MUNDIAL. Moçambique. Disponível em: <https://goo.gl/0f0U4K>. Acesso em: 22 de agosto de 2017.

Bandeira da ONU. Disponível em: [google.com.br/ bandeira da onu – Resultados Yahoo Search da busca de imagens](http://google.com.br/bandeira%20da%20onu). Acessado em: 13 de Maio de 2023.

CONGRESSO NACIONAL. Decreto Legislativo 15/1994. Disponível em: <https://goo.gl/MurasJ>. Acesso em: 23 de maio de 2017.

CRAVINHO, J. **Mozambique recent history.** In: *African South of the Sahara.* New York: Routledge, 2004, pp. 741-746.

DAMATTA, Roberto. **O que faz o Brasil, Brasil? / Roberto DaMatta.** Rio de Janeiro: Rocco. (1986)

EBMIL. Atuação do Brasil em Missões de Paz. Disponível em: <https://goo.gl/94aoPB>. Acesso em: 23 de maio de 2017. (2017a)

EBMIL. United Nations Operation in Mozambique (ONUMOZ). Disponível em: www.eb.mil.br/onumoz. Acesso em: 23 de Maio de 2017. (2017b).

FONTOURA, P. R. C. T. O Brasil e as Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas. Brasília: FUNAG, 2005.

GPA. Mozambique General Peace Agreement. In: The Mozambican Peace Process in Perspective. London: Conciliation Resources, 1992.

KEMER, T; PEREIRA, A. E. Da Operação de Manutenção de Paz à Cooperação Técnica: As iniciativas Brasileiras para a Paz em Moçambique (1992-2010). Minas Gerais: Belo Horizonte, 2017.

Medalha da ONUMOZ, Disponível em: [br/images.search.com/ Medalha+da+onumoz&tbm=isch&ved](http://br/images.search.com/Medalha+da+onumoz&tbm=isch&ved).
Medalha da ONUMOZ. Acessado em: 13 de Maio de 2023.

MARIANO, Marcelo Passini. **A política externa brasileira e a integração regional: uma análise a partir do Mercosul.** São Paulo: Editora da Unesp Digital, 2015.

MENDONÇA JÚNIOR, Wilson; FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. **A cooperação técnica do Brasil com a África: Comparando os governos Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Lula da Silva (2003-2010).** *Rev. Bras. Polít. Int.*, Brasília, vol. 58, nº 1, p. 5-22, 2015.

MILANI, Carlos R. S. e PINHEIRO, Letícia. **Política externa brasileira: os desafios de sua caracterização como política pública.** *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, vol. 35, nº 1, p. 11-41, 2013.

MRE. Brasil and the UN Peacekeeping Missions. Disponível em: <https://goo.gl/fZv5S8>. Acesso em: 23 de maio de 2017. (2017a).
MRE. Sistema de Atos Internacionais. Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/pesquisa_ato_bil. Acesso em: 23 de maio de 2017. (2017b)

NAÇÕES UNIDAS, 1992b. Resolução 782 do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Disponível em: <https://goo.gl/HGgocY>. Acesso em: 23 de Maio de 2017. (1992a)

NEVES, G. M. S. Comissão das Nações Unidas para Consolidação da Paz: perspectiva brasileira. Brasília: FUNAG, 2009.

ONUMOZ. Disponível em: <https://goo.gl/KuaxBG>. Acesso em: 23 de maio de 2017.

RUPIYA, M. Historical Context: War and Peace in Mozambique. In: The Mozambican Peace Process in Perspective. Issue 3. London: Conciliation Resources.(1998)

SALLUM <https://www.issafrica.org/uploads/Paper291.pdf>JR., **Brasil Governo Collor: o reformismo liberal e a nova orientação da política externa brasileira. Dados**, Rio de Janeiro, vol. 54, nº 2, p. 259-288, 2011.USP.

UNITED NATIONS. Operation in Mozambique (ONUMOZ). Disponível em: www.eb.mil.br/onumoz. Acesso em: 23 de Maio de 2023.

Workshop Brasil e Operações de Paz da ONU. Disponível em: <http://www.eventos.usp.br/?events=workshop-aborda-brasil-e-operacoes-de-paz-da-onu>. Acesso em: 5 de Junho de 2017.https://www.nationsonline.org/oneworld/map/mozambique_map.htm. **Mapa Política de Moçambique** Acessado em: 13 Maio de 2023